

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.649 - RS (2019/0276603-1)

**RELATOR** : MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
**AGRAVANTE** : NOELI BLACK  
**ADVOGADOS** : SANDRO ROGÉRIO LIBARDONI - RS033839  
JADER LUIS GOERGEN - RS058673  
**AGRAVADO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

### DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **NOELI BLACK**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 127):

*PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. REAQUISIÇÃO. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. NÃO COMPROVAÇÃO DO LABOR. COMPROMETIMENTO DO ESTADO DE SAÚDE. TENTATIVA DE FRAUDE.*

*A contribuição realizada após o período de graça não tem o condão de restabelecer a qualidade de segurado quando evidenciado que o instituidor não laborava devido às suas precárias condições de saúde.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 148).

Aponta a recorrente, na razões do apelo especial, violação aos arts. 1.022, II, do CPC/2015, 26, I, e 27-A da Lei 8.213/91, e 20, § 1º, do Decreto nº 3.048/99, sustentando, além de negativa de prestação jurisdicional, que "*houve a comprovação de que o de cujus era protético e manteve sua atividade laboral até momento anterior ao seu falecimento*" (fl.163).

Aduz que, "*considerando que houve uma contribuição do Segurado-Instituidor no mês 09/2014, EM DIA, anterior ao falecimento, mesmo sendo que a última contribuição anterior como contribuinte individual tenha ocorrido em 11/1986, houve sim a regularização e recuperação da qualidade de segurado do Instituidor, porque, para a concessão do benefício de pensão por morte, por força do art. 27-A da Lei nº 8.213/91, somente são necessárias contribuições integrais para a concessão de benefícios diversos da pensão por morte*" (fl. 165).

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Alega que "o contribuinte individual que perde a qualidade de segurado, para voltar a ser segurado, basta retornar ao trabalho e voltar a recolher, porque a filiação à Previdência Social dá-se automaticamente pelo exercício de atividade, sendo apenas obrigação do segurado facultativo a comprovação da inscrição formalizada com o pagamento da primeira contribuição, em dia..." (fl. 166).*

Sem contrarrazões.

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Quanto à questão de fundo, cinge-se a controvérsia em determinar se, no momento do óbito, o **de cujus** ostentava a condição de segurado do INSS, para aferir se há possibilidade de instituição de pensão por morte a seus dependentes.

Nesse contexto, o Tribunal de origem, com base no conjunto probatório dos autos, ao solucionar a controvérsia, adotou as seguintes razões de decidir (fls. 128/129):

*O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contestou a presente ação com base em duas razões, as mesmas que motivaram a negativa do pedido na via administrativa: a condição de dependente da autora e a falta da qualidade de segurado do de cujus na data do óbito. Percebe-se que a sentença foi omissa em relação a essa última alegação.*

*Embora a sentença não tenha enfrentado um dos argumentos centrais à contestação, impõe-se este exame em grau recursal por conta do efeito translativo da apelação (art. 1.013 do Código de Processo Civil), ao possuir a lide condições de imediato julgamento.*

*A autarquia previdenciária apontou a cessação da qualidade de segurado do falecido em 16/08/2009, consoante o PLENUS e o CNIS (evento 4 dos autos originários, pgs. 19 e 34), cinco anos antes do passamento (25/10/2014). Desconsiderou a contribuição efetuada na condição de contribuinte individual em 09/2014, sob as alegações de que o Sr. Laudi não tinha qualquer outra contribuição na categoria de contribuinte individual desde*

# *Superior Tribunal de Justiça*

11/1986 e não comprovou a atividade autônoma. Salientou, ainda, que a família descobriu a doença terminal do instituidor (câncer - neoplasia maligna de pulmão, certidão de óbito - pg. 6, evento 4, origem), razão pela qual efetuou a aludida contribuição exatamente no mês anterior ao óbito, o que constitui tentativa de fraude.

Segundo a declaração da Associação Hospital Três Passos (pg. 10, evento 4, origem), o finado esteve internado na instituição no período de 05/10/2014 a 25/10/2014. Coincidentemente, o recolhimento efetivo da contribuição mensal de 09/2014 se deu no dia 07/10/2014.

Tal constatação é corroborada, ainda, pela Ficha de Compras e Recibos da Farmácia São José (Becker & Kern), na qual a autora assinou alguns recibos de recebimento de medicamentos em nome do Sr. Laudi, referente aos anos de 2012 a 2014, além dos diversos receituários emitidos em agosto de 2014 (pgs. 24/31, evento 4, origem).

Como se percebe, passados cinco anos, a mera contribuição realizada em 09/2014 não é suficiente para a recuperação da qualidade de segurado, uma vez evidenciado que o instituidor não mais laborava devido às suas precárias condições de saúde. Acolhida a irresignação do INSS, resultam invertidos os ônus sucumbenciais, cuja exigibilidade permanece suspensa enquanto a autora litigar sob o amparo da assistência judiciária gratuita (AJG).

O voto proferido nos embargos de declaração consignou (fls. 150/151):

*Diversamente do que alega, não houve qualquer afirmação de que o instituidor estava doente há cinco anos, mas apenas a observação de que ocorreu a cessação da qualidade de segurado do falecido em 16/08/2009, consoante o PLENUS e o CNIS (evento 4 dos autos originários, pgs. 19 e 34), cinco anos antes do passamento (25/10/2014).*

*Tampouco ocorreu a alegada regularização da qualidade de segurado do instituidor junto ao INSS, por dois motivos. Primeiro, foi feita somente uma única contribuição, na condição de contribuinte individual, em setembro de 2014 (o Sr. Laudi não tinha qualquer outra contribuição na categoria de contribuinte individual desde 11/1986 e não comprovou a atividade autônoma). Segundo, o recolhimento efetivo da aludida contribuição foi feito em outubro de 2014, no mesmo mês do falecimento do instituidor, quando já estava acometido pelo câncer e não tinha condições de trabalhar.*

*A própria embargante reconhece que a doença acometeu seu companheiro nos seus últimos meses de vida e que os medicamentos utilizados para o tratamento do câncer foram adquiridos em agosto de 2014, mesma data dos laudos médicos*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*relativos à moléstia. Ou seja, a doença já era de seu conhecimento quando do recolhimento da contribuição previdenciária.*

*Assim, não poderia o Sr. Laudi recuperar a qualidade de segurado perdida em 16/08/2009.*

Verifica-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, que, em julgamento de recurso repetitivo, firmou compreensão no sentido de que apenas é possível excepcionar a exigência relativa à condição do segurado, para fins de concessão de pensão por morte, na hipótese em que o instituidor do benefício tenha preenchido, em vida, todos requisitos necessários à obtenção de uma das espécies de aposentadoria.

Confira-se:

*RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO AOS DITAMES DO ART. 543-C DO CPC E DA RESOLUÇÃO Nº 8/STJ. PENSÃO POR MORTE. PERDA PELO DE CUJUS DA CONDIÇÃO DE SEGURADO. REQUISITO INDISPENSÁVEL AO DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. EXCEÇÃO. PREENCHIMENTO EM VIDA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À APOSENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO.*

*I - A condição de segurado do de cujus é requisito necessário ao deferimento do benefício de pensão por morte ao(s) seu(s) dependente(s). Excepciona-se essa regra, porém, na hipótese de o falecido ter preenchido, ainda em vida, os requisitos necessários à concessão de uma das espécies de aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Precedentes.*

*II - In casu, não detendo a de cujus, quando do evento morte, a condição de segurada, nem tendo preenchido em vida os requisitos necessários à sua aposentação, incabível o deferimento do benefício de pensão por morte aos seus dependentes.*

*Recurso especial provido.*

**(REsp 1.110.565/SE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2009, DJe 03/08/2009)**

Ademais, o Tribunal de origem dirimiu a celeuma instaurada acerca da qualidade de segurado do instituidor do benefício, baseando-se no conjunto fático-probatório existente nos autos, de forma que a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos,

# Superior Tribunal de Justiça

providência vedada em recurso especial, a teor do óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

*PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PERDA DA CONDIÇÃO DE SEGURADO. PERÍODO DE GRAÇA. MATÉRIA FÁTICA. REVISÃO DE CONCLUSÃO ADOTADA NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.*

*1. A reforma do acórdão que concluiu pela perda da condição de segurado do instituidor da pensão por morte implica revisão do conjunto probatório dos autos, procedimento vedado no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ.*

*2. Em relação à suposta ocorrência de divergência jurisprudencial, saliento que esta não foi comprovada, porquanto é indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos.*

*3. Agravo Regimental não provido.*

**(AgRg no AREsp 534.120/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe de 3/2/2015)**

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**